

TRADUÇÃO/TRANSLATION

AS PROBLEMÁTICAS ENUNCIATIVAS: ESBOÇO DE UMA APRESENTAÇÃO HISTÓRICA E CRÍTICA

Catherine FUCHS*

Tradução de Leticia M. REZENDE**

RESUMO: Frequentemente invocada nos trabalhos contemporâneos, a enunciação é raramente definida de modo preciso; frequentemente apresentada como uma descoberta moderna, ela é de fato uma "re-descoberta" de problemáticas antigas. O termo "enunciação" exige um esclarecimento, tanto histórico quanto teórico e crítico. É para esse esclarecimento que vamos tentar contribuir aqui, esboçando um panorama, fazendo um apanhado geral do problema (de modo sucinto, evidentemente); serão considerados sucessivamente os ancestrais da enunciação (§ 1), as teorias enunciativas contemporâneas e pragmáticas (§ 2), e enfim as grandes questões teóricas levantadas pela problemática enunciativa (§ 3).

UNITERMOS: Enunciação; pragmática; discurso; retórica; semântica.

1. OS ANCESTRAIS DA ENUNCIÇÃO

Em cada um dos três domínios constitutivos do "trivium" medieval delineiam-se certas problemáticas, de que a enunciação é com certeza a herdeira. Em ordem decrescente de importância temos primeiramente a retórica, depois a gramática, e enfim (em uma pequena parcela), a lógica, que elaboraram abordagens enunciativas (avant la lettre) da linguagem.

1.1. A RETÓRICA, OU A ENUNCIÇÃO ABORDADA A PARTIR DO DISCURSO

Nascida, supostamente, no século 5.º A.C., na Sicília, a retórica foi fundada, nos seus elementos essenciais, por Aristóteles no século 4.º (I).

1.1.1. *A retórica aristotélica* — Ela apresenta-se como arte, técnica de produção de discursos persuasivos em situação, cujo modelo é o discurso jurídico. Segundo Barthes (2), ela diz respeito aos discursos não-literários, e assim definida, distingue-se da *Poética*.

Arte ou técnica, isto é, um conjunto de "receitas" dirigindo-se para um sujeito concebido como agente produtor, criador de discurso, e visando permitir-lhe persuadir,

* Professora de Linguística na Universidade de Paris VII (França) e pesquisadora junto ao CNRS. Agradecemos-lhe a permissão para publicar a tradução desse artigo em nossa revista.

** Departamento de Didática — Instituto de Letras Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara — SP.

convencer seu auditório (assim, no discurso argumentativo jurídico, deve-se sustentar “a favor” ou “contra” uma certa causa, e tentar conquistar a adesão dos juizes). As receitas da produção de tais discursos são, por conseguinte, diversificadas segundo os sujeitos e as situações de produção.

Lembremos brevemente que a retórica aristotélica se compõe de três grandes partes: as “provas” (“pisteis” em grego, “inventio” em latim) a “elocução” (“lexis” ou “elocutio”), e a “disposição” (“taxis” ou “dispositio”) (3).

Os “pisteis”: trata-se de selecionar a partir de uma tabela de tratamento de dados (chamados “topoi” que quer dizer “lugares”), os elementos úteis a reter, eliminando os que devem ser silenciados, e de apresentá-los em momento oportuno. Essas “provas”, que constituem os modos de persuasão, pertencem à “dianoia” (pensamento discursivo): poder-se-ia dizer, em termos modernos, que dizem respeito à conceitualização do referente, em função da estratégia argumentativa adotada. Três ordens de parâmetros são pertinentes aqui:

— o “ethos”, ou conjunto de parâmetros relacionados com o orador: a imagem que o orador pretende dar de si próprio, o papel e o lugar que o gênero oratório lhe atribui (em um discurso deliberativo, ele aconselhará a favor ou contra; em um discurso jurídico, acusará ou defenderá; em um discurso epidítico, louvará ou blasfemarà);

— o “pathos”, ou conjunto dos parâmetros relacionados ao auditório: a imagem que o orador pretende dar do seu auditório através do discurso, o modo como imagina que seus argumentos serão recebidos pelo auditório em função do papel e lugar deste último, o tipo de paixões que quer despertar no auditório;

— o “logos”, ou conjunto de parâmetros relacionados ao tema do discurso: o tipo de argumento a extrair, o tipo de provas a trazer em função da situação;

— a “lexis”: trata-se da verbalização do pensamento, da passagem do conceitual ao lingüístico. O orador escolhe neste caso as palavras e as figuras; em particular modulará diferentemente, segundo jogo com um registro apreciativo ou depreciativo (ele dirá, por exemplo, que aquele que mendiga *implora*, ou inversamente; falará *dos artistas* ou dos *bajuladores de Dionísio*”; chamará *Oreste o assassino de sua mãe* ou *o vingador de seu pai*, (4).

A “taxis”: trata-se do encadeamento das partes constitutivas dos dois principais momentos do discurso (a saber: a exposição do assunto e a demonstração). O orador encadeará diferentemente essas diversas partes, conforme a sua tomada de palavra seja antes ou depois do adversário, e em função dos objetivos pretendidos.

Este breve lembrete mostra o quanto a perspectiva enunciativa estava presente na retórica aristotélica. De fato esta retórica se sustenta, enquanto princípio, na consideração daquilo que chamamos hoje “a situação de enunciação”. “Podemos distinguir três elementos em qualquer discurso: aquele que fala, o assunto sobre o qual se fala, aquele a quem se fala”, diz Aristóteles (5). Essa filiação, há muito tempo esquecida, em particular pelos lingüistas, começa a renascer nos últimos anos: a “história do estudo das estratégias discursivas não é nada mais do que a história da retórica”, afirma Le Guern (6), que estabelece uma correspondência entre o “ethos” e a “função emotiva” e entre o “pathos” e a “função conativa”; Compagnon observa, por sua vez: “Construir uma arte da enunciação e não uma Teoria da enunciação, era o próprio projeto das antigas retóricas” (7).

1.1.2. *A retórica segundo Aristóteles* — Nós nos contentaremos em dar breves pontos de referência da retórica pós-aristotélica.

Desde a antigüidade, notar-se-á que se configura um duplo movimento, que terá como efeito orientar a retórica em direção ao discurso literário (8): tendência que funde retórica e poética (cf. Ovídio e Horácio), e que privilegia a ornamentação em prejuízo da persuasão (cf. Acéron e Quinticlen). Pouco a pouco, a retórica privilegiará a qualidade do discurso: “a uma retórica instrumental” (quer dizer visando a eficácia e a persuasão) “substitui-se uma retórica ornamental, que se assemelha à eloqüência e à poesia” (Compagnon) (9).

Este movimento se amplia: no século XVI, os dialéticos esforçam-se para expropriar a retórica da “inventio” e da “dispositio”; em tal perspectiva, a “retórica geral” se tornaria uma “retórica poética” que diria respeito somente à “elocutio” (10) — daí o aspecto fictício e artificial que se lhe atribui, às vezes, vendo nela apenas uma série de “receitas” literárias e estilísticas.

A época clássica é marcada, como se sabe, por um florescimento dos tratados de retóricas que concedem um amplo espaço à Teoria das “figuras” (em particular da metáfora). A retórica conhecerá, em seguida, um declínio bastante acentuado em fins do século XVIII e uma espécie de sobrevivência artificial durante o século XIX. Atualmente, certas correntes (como por exemplo, a “neo-retórica”) tentam reviver a retórica.

1.1.3. *Os herdeiros modernos da retórica* — Apesar de bastante esquecida, a retórica continua inspirando um certo número de trabalhos contemporâneos sobre a linguagem. Retiraremos, desses trabalhos, exemplos nos quatro domínios seguintes:

a) *as teorias da literatura*: estilística, neo-retórica, semiologia, poética etc., retomam, por sua conta, um certo número de concepções tiradas da retórica (II).

b) *as teorias do discurso* retomam, em uma perspectiva sociolinguística ou ideológico-política, um certo número de conceitos aristotélicos como, por exemplo, os de “papel”, de “lugar” e de “imagem” (aos quais são anexados outros, que se inserem claramente na mesma perspectiva, como as noções de “máscara”, de “simulação”, de “convivência” etc.) (12). Notar-se-á que esses empréstimos da retórica, ao nível da concepção teórica básica do discurso, aliam-se curiosamente, como recurso, na prática de análise, às técnicas linguísticas estruturalistas (cf. distribuição, co-ocorrências, métodos harrissianos), cuja inspiração teórica é, no entanto, muito distante da retórica!

c) *as teorias da argumentação* apresentam-se também como herdeiras da retórica, na medida em que visam analisar os mecanismos da persuasão através do discurso (13). Inserem-se principalmente em 2 grandes correntes: — corrente lógico-linguística (14) e corrente pragmático-linguística (15).

d) as aplicações práticas, como por exemplo as “técnicas de expressão”, a arte do resumo, da dissertação, etc. apropriam-se nitidamente de certas noções retóricas.

1.2. A GRAMÁTICA, OU A ENUNCIÇÃO ABORDADA A PARTIR DA LÍNGUA

Apesar de estar interessada pelas regras constitutivas do sistema da língua comum a todos os utilizadores e não aos mecanismos de produção do discurso por um sujeito em situação, a gramática não ficou livre de ser tocada, em alguns pontos precisos, pela existência de fenômenos enunciativos da língua (tomaremos somente dois destes exemplos: o da “dêixis” e o das “modalidades”) e de deparar-se com a problemática do sujeito (16).

1.2.1. *A “dêixis”*. Desde a antigüidade (cf. Appollonius Dyscole), a tradição gramatical reconheceu a especificidade de alguns termos que só obtêm valor determinado

através da atualização momentânea que lhes confere a produção do enunciado em que aparecem (é *na e pela* enunciação particular que *eu*, que remete, na língua, a toda pessoa suscetível de exercer o papel de sujeito enunciador, ou seja “eu”, poderá encontrar-se designando uma pessoa precisa, aquela que, na enunciação particular em questão, encontra-se efetivamente dizendo “*eu*”). Longe de serem unidades isoladas, esses termos formam um verdadeiro sistema, o dos “índices” (segundo o termo de Benveniste); têm uma função extremamente capital, uma vez que servem como pontos de “ancoramento” da mensagem (permitem determinar as “coordenadas-zero” da enunciação que são o “eu-aqui-agora” do enunciador, a partir dos quais serão estabelecidos todos os valores derivados, como por exemplo *ontem* em relação a *hoje*; *lhe* em relação a *me*; *lá* em relação a *aqui* etc.). Do mesmo modo, eles manifestam uma propriedade importante da linguagem: a de comportar em si própria as condições de sua reflexividade, de conter em si, enquanto código, unidades que remetem ao próprio funcionamento desse código.

É, aliás, essa propriedade muito particular da linguagem (chamada “natural”) que incomodou filósofos e lógicos: estes sonham em “normalizar” a linguagem, reduzir sua pluridimensionalidade, eliminando, sobretudo, os termos dêiticos (17), que eles consideram como “quase-signos” ou como “signos vazios”, pelo fato de eles adquirirem referência precisa somente através da enunciação.

Ao contrário, para alguns lingüistas contemporâneos, herdeiros, nesse aspecto, da tradição gramatical, os dêiticos revelam uma propriedade essencial da linguagem e merecem, por isso, um estudo aprofundado. Estamos pensando, principalmente, na análise dos “shifters” (ou “embreadores”) de Jakobson como unidades do “código” remetendo à “mensagem”, quer dizer, o colocar-se em funcionamento, específico de um código (18), e na análise dos “índices” de Benveniste, que os apresenta como o próprio fundamento da problemática enunciativa: “Desse modo a enunciação é diretamente responsável por certas classes de signos que ela promoveu definitivamente à existência (...). É preciso, pois, distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente, daquelas que, emanando da enunciação, existem somente na rede de “individuos” que a enunciação cria em relação ao “aqui-agora” do locutor (19).

Essa atenção dada aos dêiticos encontra-se igualmente em outros autores (20), por exemplo, na corrente semântico-gerativa (21).

1.2.2. Aqui também, encontramos uma tradição de análise das modalidades, não mais puramente gramatical, mas lógico-gramatical.

Alguns exemplos, que nos contentaremos somente em evocar, com o único objetivo de lembrar o quanto os estudos modernos sobre esse assunto se inserem (quer eles admitam ou não) numa longa trajetória de trabalhos e reflexões:

— estóicos e aristotélicos distinguem diferentes tipos de “lekta”; assim Ammonius distingue a asserção, o endereçamento, o pedido-desejo, a interrogação e a ordem, que ele reduz, finalmente, a dois grandes tipos de funcionamento: o funcionamento “cognitivo” (a asserção, que permite transmitir uma informação verdadeira ou falsa), e o funcionamento “apelativo” (todos os outros tipos, em que há um locutor dirigindo-se a um receptor que lhe pareceu em condições de satisfazer seus desejos) (22). Encontramos essa tradição de análise durante toda a idade média: assim Boécio distingue, por sua vez, a “*oratio enunciativa*” (asserção), a “*oratio invocativa*” (imperativo, vocativo), e a “*oratio deprecativa*” (interrogativo, optativo, desejo) (23).

— Varrão distingue as palavras que pertencem a três tipos de ações: pensar, dizer e

fazer, e analisa em particular as palavras que significam “fazer a ação que se realiza ao pronunciar-se uma parte ou o total da palavra examinada” (24).

— Aristóteles estabelece regras de equivalência por dupla negação contraditória, não somente entre proposições assertivas, mas também entre proposições modais (ex: *É possível que isto seja* equivale a *Não é necessário que isto não seja* etc.) (25); análise que será retomada pela tradição clássica: cf. Port-Royal.

— A idade média decompõe a proposição em “modus” e “dictum”, e distingue as modalidades “de re” das modalidades “de dicto” etc.

São herdeiros dessa longa tradição os lingüistas contemporâneos que se esforçam por apresentar uma análise enunciativa das modalidades (26). Sua atenção é particularmente voltada para as seguintes questões: tipologia das modalidades, análise das relações sistemáticas entre modalidades, oposição entre modalidades de “dito” (ou do enunciado) e modalidades do “dizer” (ou da enunciação) e entre modalidades do “dizer” e modalidades do “fazer” (atos de fala, performativos...) questões estas que se identificam com problemáticas conhecidas da tradição lógico-gramatical.

1.2.3. *O sujeito e a língua* — A tradição gramatical não separa radicalmente o sujeito da língua (nem, realmente, a língua do discurso). Faz apelo em particular e de modo intuitivo ao sujeito para analisar certas formas e construções da língua. Um exemplo: Port-Royal referindo-se à ambigüidade da proposição complexa *Todos os filósofos nos afirmam que as coisas que têm peso tombam por si mesmas* “à intenção de quem a pronuncia” (sendo que o problema é saber qual é o julgamento principal e qual é o julgamento incidente) (27).

Temos costume de remontar a Saussure e a sua famosa dicotomia “língua/fala” a rejeição do sujeito e, conseqüentemente, preocupações enunciativas, que ficariam fora do campo da lingüística — rejeição na qual, o estruturalismo estaria, em seguida, bastante enclausurado e que se encontraria também em Chomsky no privilégio concedido à “competência” em prejuízo da “performance” (28).

Apesar de ser correta nas suas linhas gerais, essa análise precisaria ser aperfeiçoada.

Constata-se, em todo caso, que um certo número de “marginais do estruturalismo” continuam a não fazer o corte, e a integrar na análise lingüística o recurso ao sujeito e à situação de enunciação. Citemos, particularmente, Bally, Damourette e Pichon, Guillaume e Benveniste (29). E constata-se, igualmente, que, após um período de rejeição, o sujeito e a enunciação tendem a reaparecer no âmago das perspectivas lingüísticas, as mais decididamente anti-enunciativas de início (por exemplo na gramática gerativa — e, sobretudo, na semântica gerativa).

1.3. A LÓGICA, OU A ENUNCIÇÃO RE-DESCOBERTA A PARTIR DA LINGUAGEM

Se os postulados básicos da lógica clássica são nitidamente anti-enunciativos, constata-se, entretanto, a emergência, atualmente, de problemáticas que se aproximam da enunciação: de um lado, no interior da própria lógica (através das semânticas intensionais), por outro lado na sua periferia (sob o impulso das “filosofias da linguagem ordinária”) (30).

1.3.1. *Os postulados anti-enunciativos da lógica*. Manifestam-se principalmente em dois domínios:

— o privilégio concedido ao ponto de vista *extensional* (cf. a primazia da asserção sobre as outras modalidades, a atenção dada à denotação das expressões, à função re-

ferencial, à transparência da linguagem, o cálculo das expressões em termos de valores de verdade etc.)

— a *independência*, postulada pelas teorias das linguagens formais dos três planos, da sintaxe (relações signos-signos), da semântica (relações signos-objetos) e da sintaxe (relações signos-utilizadores), e a *hierarquia* sintaxe → semântica → pragmática: cf. Carnap, Morris. Este postulado duplo da independência mútua dos três níveis e da hierarquia entre eles é recusado pelos defensores de uma abordagem enunciativa da linguagem (dita “natural” em oposição às linguagens formais): por exemplo, por Culioli e por Ducrot.

1.3.2. *As semânticas intensionais* — Questionam o privilégio dado exclusivamente ao ponto de vista extensional. Seguindo Frege (31), elas estabelecem a distinção entre “sentido” e “referência” (32), e insistem na necessidade de estudar um certo número de fenômenos semânticos do ponto de vista do sentido, e não da referência; como, por exemplo, a sinonímia: “Para determinar a sinonímia entre dois nomes ou duas expressões, basta compreendê-los, enquanto para determinar se dois nomes designam o mesmo objeto, é, em geral, necessário investigar o mundo”, diz Quine (33). Assim também para tratar certos casos de pressuposição e casos de “opacidade”, é necessário levar em conta o sentido das expressões.

Vista de um ponto de vista do lingüista, esta valorização do sentido constitui uma amostra do reconhecimento da diversidade possível das conceitualizações de um mesmo referente, em função dos sujeitos e das situações. Notar-se-á, particularmente, que o problema da não substituição de expressões com denotação idêntica em um contexto dito “opaco” pode ser tanto tratado em termos lógicos, segundo uma semântica intensional como em termos lingüístico, segundo uma semântica enunciativa (34).

1.3.3. Os “filósofos da linguagem ordinária” — Os postulados anti-enunciativos da lógica foram denunciados pela corrente dos “filósofos da linguagem ordinária”, em particular o privilégio concedido à asserção: denúncia que conduziu à teoria dos “atos de linguagem” (ou de “discurso”, ou ainda “de fala”), sobretudo à noção de “performativo”; cf. Austin, Searle e Strawson.

Nas pistas abertas por essa corrente, desenvolveram-se as problemáticas chamadas de “pragmática lingüística”, que recobrem parcialmente as problemáticas das “funções da linguagem”, as da enunciação lingüística (no sentido estrito do termo, quer dizer análise de categorias como a dêixis ou as modalidades) e as da argumentação.

2. ENUNCIÇÃO E PRAGMÁTICA EM LINGÜÍSTICA CONTEMPORÂNEA

Dois grandes correntes disputam atualmente, no interior da lingüística, o campo enunciativo. A primeira, que se poderia chamar (pelo menos de início) a “enunciação no sentido estrito do termo”, parte da análise de alguns subsistemas de unidades da língua (que, como a dêixis ou as modalidades têm um estatuto claramente enunciativo) e amplia a análise progressivamente a outras unidades e, depois, a todo enunciado. Essa corrente tem como central a noção de “categoria enunciativa”, e esforça-se por partir, o máximo possível, das formas da língua. Essa corrente é de inspiração “neo-estruturalista” e européia (em particular francesa) (35).

A segunda corrente, chamada “pragmática” (mas que reivindica, ela também, a etiqueta enunciativa) tem muito mais tendência a partir de certos conceitos lógico-lingüísticos, do que trabalhar com a “linguagem em funcionamento” (cf. por exemplo, “os mecanismos conversacionais”). Essa corrente é de inspiração lógica e anglo-

saxônica; particularmente bem implantada nos Estados Unidos, na Alemanha e na Inglaterra, tendo-se desenvolvido também na França (36).

Essas duas correntes parecem ignorar-se mutuamente (o que é, sem dúvida, lamentável para o progresso da pesquisa!). Nós tentaremos aqui uma breve apresentação comparada delas, tarefa difícil, pela ausência de relações explícitas entre as duas, como também pelas constantes interferências e delimitações que, de fato, ocorrem entre elas, sem que isto seja jamais admitido. Nossa apresentação será necessariamente alusiva e esquemática.

2.1. A CORRENTE ENUNCIATIVA (NO SENTIDO ESTRITO) (37)

Dois pontos reterão aqui a nossa atenção: o processo contínuo de ampliação pelo qual a análise, que incide de início sobre certas categorias enunciativas, acaba por estender-se a todo o enunciado, e a própria noção de categoria enunciativa.

2.1.1. *O processo contínuo de ampliação* — A partir da análise das unidades *dêiticas*, no sentido estrito, passa-se insensivelmente:

— do “eu” do enunciador ao estudo da categoria da pessoa, depois ao dos apelativos, dos termos de endereçamento etc (que podem eventualmente desembocar em um estudo sociolinguístico: como dirigir-se a tal ou tal pessoa, segundo a situação, o contexto cultural etc?),

— do “aqui” do enunciador ao estudo das categorias do espaço,

— do “agora” do enunciador ao estudo da categoria da temporalidade (não somente tempo, mas também aspecto),

— e, de um modo mais geral, da estrita ostensão à categoria da determinação.

Por outro lado, passa-se igualmente da dêixis “indicial” (do tipo: *este livro*, designando um livro determinado na situação) à dêixis “anafórica” do tipo: *este livro*, designando um livro determinado pelo contexto, quer dizer “o” livro já mencionado).

Percebe-se, de fato, que as mesmas marcas são empregadas tanto num como noutro caso, e somos, pois, conduzidos a colocar que o contexto exerce, no discurso, o papel de situação (cada enunciado, uma vez produzido, cria uma série de “pontos de referência” para a enunciação seguinte ou “repères” segundo o termo de Culioli).

Do mesmo modo, a partir da análise da *modalidade*, passamos insensivelmente:

— ao estudo dos diferentes “registros” enunciativos, e a uma tipologia dos discursos estabelecida sobre a base desses registros; assim a oposição “história”/“discurso” proposta por Benveniste (a história definida como “narração de acontecimentos passados sem nenhuma intervenção do locutor; ninguém fala, neste caso, os acontecimentos parecem falar por si próprios”, e oposta ao discurso, como “enunciação que supõe um locutor e um ouvinte, e no primeiro a intenção de influenciar o outro de algum modo (...) enfim, todos os gêneros em que há alguém dirigindo-se a alguém, enunciando-se como locutor e organizando o que ele diz na categoria da pessoa”)(38).

— depois, a um estudo dos diversos modos de intervenção do sujeito no discurso, sobretudo através de certos fenômenos como o discurso indireto, as asserções relatadas etc.; intervêm, pois, noções como a de “assunção”, de grau de implicação, de compromisso do sujeito com o seu enunciado, problemática que recobre parcialmente a dos “atos de linguagem” (39).

É assim que se passa insensivelmente de categorias formais à categorias nocionais, mais ou menos bem definidas, e cuja ligação com as marcas linguísticas tornam-se cada vez mais tênues, à medida que se procura ampliar essas categorias.

Amplia-se também a análise ao conjunto das operações constitutivas do enunciado, que se encontram, desse modo, integradas ao campo enunciativo:

— o *léxico*: “a questão é ver como o “sentido” se forma em “palavras” (...) é a semantização da língua que está no centro desse aspecto da enunciação, e ela conduz à Teoria do signo e à análise da significância” (Benveniste) (40).

— e a *sintaxe*: “Sob a mesma consideração” (enunciativa) nós ordenaremos os processos pelos quais as formas lingüísticas da enunciação diversificam-se e geram-se” (Benveniste) (41).

Esse duplo processo de ampliação (das categorias formais às categorias nocionais, e das operações estritamente enunciativas ao conjunto das operações constitutivas do enunciado) leva à construção de verdadeiros “modelos enunciativos” da linguagem (como, por exemplo, o de Culioli 42). Nesta perspectiva, tudo está subordinado à enunciação, o que quer dizer que todas as unidades e todas as relações que intervêm no enunciado tendem a ser analisadas, numa visão unificada, à luz dos parâmetros enunciativos. Inversão total de perspectiva em relação às semânticas interpretativas da sintaxe, por exemplo. Essa opção se justifica? Se dissermos que *tudo* na produção e reconhecimento dos enunciados (tudo e não somente certas unidades com estatuto privilegiado) encontra-se sob a dependência do sujeito (do locutor e do ouvinte), parece, entretanto, real o risco de que as teorias enunciativas se enfraqueçam ao querer tudo englobar, e, sobretudo, de que elas percam o contacto com as marcas lingüísticas, em prol de considerações abstratas e noções vagas. O desafio dessas teorias é ampliar seu campo e continuar operatórias. Suas saídas possíveis em relação à sociolingüística e às teorias do discurso em particular, elucidam isso de um ponto de vista teórico (43).

2.1.2. *A noção de categoria enunciativa*. Trata-se aqui de uma noção bastante central, cujas propriedades essenciais nos parecem ser as seguintes: (44)

— as categorias enunciativas de base (como por exemplo a pessoa, o aspecto, a determinação) são presumidamente universais, no sentido de que se encontram, organizados evidentemente de modo diferente, um sistema de pessoa, um sistema aspectual, um sistema modal em toda língua.

— as categorias enunciativas são concebidas como sistemas de correspondências (correspondências variáveis de língua para língua) entre conjunto de operações e conjunto de marcas lingüísticas,

— as categorias enunciativas são concebidas em termos dinâmicos de “operações” (e não como classes taxonômicas fixas); há a hipótese de que existiria um pequeno número de operadores de base (como por exemplo o operador de “localização” (repérage) de Culioli), suscetível de tomar valores em número igualmente limitado (como por exemplo a “identificação”, a “diferença” e a “ruptura”, também em Culioli) e é a combinação desses operadores e desses valores que daria um número extremamente grande de configurações possíveis.

Através da noção de categoria enunciativa, é a idéia de inserção do sujeito no próprio sistema da língua que se tenta tornar operatória, da intuição da “não-transparência” da linguagem, de seu papel não (exclusivamente) instrumental.

2.2. *A CORRENTE PRAGMÁTICA* (45). Após ter lembrado as principais direções com que se comprometeu esta corrente, tentaremos esboçar resumidamente as suas características.

2.2.1. *Campo do Estudo* — A corrente pragmática parece estar comprometida com três grandes direções:

a) o estudo dos “atos de linguagem”: seguindo as distinções propostas por Austin entre “constativo” e “performativo”, como entre “illocutório” e “perlocutório”;

b) o estudo dos “mecanismos conversacionais”: em particular na pista dos trabalhos de Grice (46) procura-se extrair as regras, postulados, implicaturas e máximas constitutivas da troca verbal, e distinguir os diversos níveis onde se possam executar os atos de linguagem (atos primitivos, derivados, marcados, manifestos ou não);

c) o estudo das “*pressuposições*” que, após ter conhecido um grande apogeu, parece estar em relativo declínio.

Essas três direções não são independentes umas das outras: existe entre elas numerosas conexões, múltiplas pontes e cada uma pode ser definida em termos das duas outras (47).

2.2.2. *Concepções teóricas* — Contrariamente à primeira corrente que, partindo das marcas lingüísticas e das categorias formais, chegava a categorias nocionais cada vez mais vastas, a corrente pragmática parece-nos que parte de categorias nocionais e visa encontrar nelas as marcas lingüísticas; esforço renovado constantemente, apesar de alguns fracassos parciais reconhecidos pelos próprios autores (como Austin que acabou renunciando a encontrar critérios lingüísticos no performativo).

Como a primeira corrente, a corrente pragmática espera, com direito, cobrir a totalidade dos dados lingüísticos; segundo Todorov (48), a noção de força illocutória (tomando um único exemplo) encontra-se em tudo: na ordem das palavras, no acento lógico, na entonação, na pontuação, no modo do verbo, no estatuto da frase, na estrutura lexical dos verbos etc.

É sem dúvida essa vontade comum de dar conta da totalidade do campo lingüístico (e também, evidentemente, o recorte de um certo número de problemas e preocupações, acima das divergências de abordagem) que explica que tanto uma corrente como a outra pretende colocar-se sob a égide da “enunciação” e reivindica para si eventualmente a exclusividade. A corrente pragmática tende a identificar pura e simplesmente “pragmática lingüística” e “enunciação” (49), enquanto a primeira corrente insiste na diferença entre esses dois termos e espera distinguir-se da pragmática, situação que não contribui para esclarecer os desafios teóricos!

A corrente pragmática lingüística distingue-se das correntes pragmáticas das lógicas formais pelo fato de estas subordinarem a semântica à pragmática. Ela manifesta claramente uma tendência a privilegiar “os modos de dizer” sobre “o dito”, a dimensão do implícito, do subentendido, do derivado, do pressuposto, do alusivo, do sugerido (49) sobre a do explícito, do assertado, do dito, do posto, o estudo das imagens da enunciação sobre as do conteúdo do enunciado (50).

Enfim a corrente pragmática insere-se numa Teoria geral da ação: “Enquanto ação particular, a enunciação faz parte de um estudo *total* do comportamento na sociedade e mais particularmente da *antropologia lingüística*” afirmam Ducrot e Todorov (51) e Verschuerem (52) repete: “A pragmática (...) é análoga a uma parte da sociologia que se chama etno-metodologia (...) e que tem por objeto o mundo de crenças que está na base do comportamento social”. Quanto a isso, a corrente pragmática pode também conhecer prolongamentos pelo lado da sociologia (ou da psicologia social), mas sem dúvida mais na perspectiva do comportamento do indivíduo no interior do grupo, do que na da ideologia e da política. São evidentes as suas afinidades com o “juridismo” (cf. as noções de contrato, de regra, de convenção), com um certo tipo de moralismo e com uma ideologia da “eficácia” (53).

3. A ENUNCIÇÃO COMO UM CONJUNTO DE PROBLEMÁTICAS TEÓRICAS

As definições da enunciação que são oferecidas, por exemplo, nos diferentes dicionários lingüísticos (54) comprovam a diversidade dos pontos de vista possíveis sobre a enunciação; cada um “puxa” a enunciação para a sua problemática teórica. Do mesmo modo é difícil encontrar uma apresentação de conjunto das grandes questões e das posições comuns à diversas abordagens da enunciação (55). Tentaremos, entretanto, esboçar as linhas gerais dessa apresentação. Fixar-nos-emos em três eixos de reflexão: o questionamento da oposição língua/fala, a concepção da semântica, e o papel do sujeito.

3.1. O QUESTIONAMENTO DA OPOSIÇÃO LÍNGUA/FALA

Lembraremos sucessivamente os argumentos que fundamentam esse questionamento, e em seguida, apresentaremos as novas dicotomias propostas.

3.1.1. *Argumentos*. A argumentação é dupla:

a) constatação da existência de categorias de termos que, na língua, remetem ao funcionamento da própria língua (cf. os dêiticos e as modalidades), e da impossibilidade de dar conta de sua semântica, sem fazer apelo às noções tais como a de situação e de sujeito da enunciação; pôr aproximações, a argumentação é estendida a outras categorias e, em seguida, ao conjunto das operações constitutivas do enunciado (cf. *supra*),

b) no plano de funcionamento discursivo concreto, colocaremos ênfase na imbricação constante entre a “função referencial” e as outras funções, em particular as funções intersubjetivas (por exemplo “emotiva” e “conativa”); essas diversas funções interpenetram-se de modo indissociável — daí a denúncia de oposições tais como o “objetivo” (o que sealaria) / o “subjetivo” (o que se diria dele), ou a “denotação” / as “conotações”: o sujeito está sempre presente em tudo, mesmo quando se mascara.

Em conseqüência, parece tão injustificado separar a língua de seu funcionamento, e o sujeito da língua, quanto o deslocamento feito pelas teorias enunciativas da oposição língua/fala (em vez de realmente superá-la): elas propõem, de fato, novas dicotomias.

3.1.2. *Novas dicotomias*. Destacaremos três delas:

a) a *língua/discurso* (56): vista pelos lingüistas, essa oposição parece não somente designar a oposição entre o que pertence a uma análise lingüística e o que se encontra determinado pelo extralingüístico, mas também serve freqüentemente para marcar a fronteira entre a análise dos paradigmas de unidades isoladas e a análise de sua combinatória sintagmática em uma unidade de grandeza superior.

Assim, por exemplo, Benveniste distingue a análise do signo “em língua”, no plano “semiótico”, que depende dos métodos da lingüística estrutural, e a análise da frase “em discurso”, no plano “semântico”, que depende da lingüística enunciativa; em um caso, a língua tem por função “significar”, em outro ela permite “comunicar”. “O semiótico caracteriza-se como uma propriedade da língua em ação (57).

Encontra-se uma posição bastante próxima em Guillaume, que vê na “língua” o plano do virtual, do potencial, do finito das regras, de um primeiro “corte” efetuado pela língua no pensamento, e criando um movimento, e, no “discurso” o plano do atual, do efeito, do infinito das realizações particulares, de um segundo “corte” efetuado pelo discurso no movimento, e criando “efeito do sentido”, valores no nível da combinatória das unidades na frase.

Tanto para um como para o outro, sujeito e enunciação fazem parte do discurso, e manifestam-se quando se passa do estoque estático das unidades isoladas à dinâmica de sua combinatória no interior da frase, isto é, no fundo quando se passa ao “juízo” à “asserção”. Diferentemente da “fala” de Saussure, o discurso é visto, nesse caso, positivamente e considerado objeto de análise para o linguista.

Mas essa posição é, por sua vez, rejeitada pelas teorias da enunciação mais recentes, que esperam integrar o sujeito da enunciação e a análise da frase (ou do enunciado) na própria língua.

b) *enunciado/enunciação*: o enunciado opõe-se à enunciação como o produto à produção, o objeto ao ato; mas a característica das problemáticas enunciativas reside precisamente no fato de que elas postulam a necessidade de referir-se à produção para dar conta do produto, na medida em que o produto contém os traços de sua produção. Se conhecemos apenas os enunciados, é a partir desses enunciados que se tenta inferir os mecanismos da enunciação.

A essa oposição vem, às vezes, sobrepor-se uma outra dicotomia: a do “*type*”/“*token*”; opõe-se assim o “enunciado-*type*” ao “enunciado-*token*” (quer dizer, à ocorrência particular do enunciado em uma situação dada) (58).

c) *língua/produtos textuais*: o produto textual é considerado por certos autores (como, por exemplo, Culioli ou Pottier) como uma realização particular de um sistema de operações que, por definição, não contém nada além do sistema da língua.

3.2. A *CONCEPÇÃO DA SEMÂNTICA* (59) — Está longe de ser unificada: há provavelmente tantas concepções da semântica quantas são as teorias enunciativas. Entretanto, certos pontos comuns podem ser retidos.

3.2.1. *Os níveis semânticos* — A oposição “sentido”/“significação” é comumente empregada pelos defensores da enunciação. Notar-se-á, entretanto, que, segundo os autores, ela recobre realidades muito diferentes; pode, de fato, equivaler a:

a) “sentido”/“referência”, na acepção de Frege; se os estruturalistas proclamaram claramente que a lingüística devia ocupar-se somente do sentido, por outro lado a perspectiva enunciativa está inclinada a não separar radicalmente o sentido da referência, e a considerar como parte integrante das semânticas lingüísticas as operações de “referenciação” pelas quais o sujeito reconstrói o referente (por definição inacessível) a que ele visa: cf. Culioli.

b) *semântica/pragmática*, isto é, um semantismo intrínscio das expressões oposto a um semantismo de que só podemos dar conta integrando os parâmetros enunciativos (sujeito e situação).

c) sentido do “*token*”/“*significação do “type”*”: de acordo com o emprego (bastante particular) que faz Ducrot desses termos.

d) *conteúdo proposicional/modalidades e atos de linguagem* ou, em outros termos, o “locutório”/o “illocutório”; segundo a versão amplamente atestada no interior da corrente pragmática.

e) *sentido literal/sentido derivado*: pode tratar-se do “posto”/“pressuposto”, do “sentido próprio”/“sentido figurado”, ou ainda do “dito”/“implícito”, “subentendido”, “sugerido”...

Essas diferentes dicotomias possuem evidentemente conexões entre elas.

3.2.2. *A dimensão da comunicação* — Um ponto comum às teorias enunciativas é insistir sobre a função comunicativa da linguagem, não na perspectiva estruturalista do

“instrumento da comunicação” (que, definitivamente, acaba por excluir o sujeito), mas na de troca verbal entre locutor e receptor; quanto a isto, as lingüísticas enunciativas são realmente herdeiras da retórica. Nessa perspectiva, o “esquema da comunicação” de Jakobson é freqüentemente evocado, e criticado pelo seu aspecto exageradamente fixativo, super-simplificado, e, ao mesmo tempo, pelas suas conotações do tipo “Teoria da informação”.

Recolocar a semântica no quadro da troca verbal, é recusar os modelos que se pretendem exteriores aos sujeitos e neutros em relação à produção/reconhecimento. É afirmar que as operações de construção e reconstrução do sentido pelo emissor e pelo receptor não são necessariamente totalmente reversíveis e que há, por conseqüência, lugar para estudar a especificidade dos processos de produção e de reconhecimento (a enunciação cobrindo os dois) (60).

É igualmente admitir a possibilidade da não concordância dos “jeux” (nos dois sentidos do termo em francês) entre emissão e recepção; daí um interesse pelos fenômenos como: lapsos, ambigüidade, desvio de sentido, paráfrase etc.

Notar-se-ão, de passagem, os discutíveis problemas de terminologia que se colocam assim que se tenta estudar a produção e o reconhecimento, e sobretudo se se admite que esses dois tipos de processos operam simultaneamente no emissor e no receptor (cf. Culioli); nós evocaremos, para lembrar, a confusão terminológica que reina no assunto: emissor/receptor, locutor/alocutário, enunciador/enunciatário, destinador/destinatário etc. (cf. *infra*, § 3.3.1.).

3.2.3. *Enunciação e Teoria do signo* — As relações entre teorias da enunciação e teoria (em particular estruturalistas) do signo não são claras. Ora, opoem-se categoricamente as duas perspectivas como antinômicas (61), ora, ao contrário, vê-se na enunciação uma espécie de prolongamento do estruturalismo. O que acontece, em todo caso, é que um certo número de autores participam, de fato, das duas correntes teóricas, mesmo se, como Benveniste, eles continuam opondo-as como duas técnicas que se aplicam a níveis diferentes da análise lingüística. É, sem dúvida, Guillaume que, a seu modo, articula, mais sutilmente, as duas perspectivas e, através dele, todos os autores que trabalham com a noção de “valor central” em língua, suscetível de receber um certo número de “valores secundários” ou de “efeitos” segundo as circunstâncias enunciativas (cf. Culioli, Pottier, Ducrot).

3.3. *O PAPEL DO SUJEITO* — O que é característico das teorias enunciativas é que elas tentam integrar à análise lingüística o parâmetro “sujeito” e tratam-no como um sujeito *lingüístico*, quer dizer como uma espécie de “função vazia”, como simples suporte de operações lingüísticas. A dificuldade (não somente no plano terminológico, mas também de um ponto de vista teórico) de pensar a diversidade dos sujeitos lingüísticos possíveis, em função da diversidade das operações lingüísticas de que eles podem ser os suportes, e de pensar a distinção/articulação entre sujeito lingüístico e sujeito extra-lingüístico é então enorme.

3.3.1. *Os sujeitos lingüísticos* — Dois tipos de distinções são freqüentemente feitos:

a) *assertor direto/indireto*: Trata-se de poder dar conta das asserções relatadas, enunciações indiretas (do tipo: *João disse-me que Paulo lhe havia dito que você tinha vindo*). Podemos falar, por exemplo, seguindo Culioli, de “locutor” para designar o sujeito da enunciação-origem (aquele que diz “eu”) e, de “enunciadores” para designar os diferentes sujeitos suportes das enunciações em cascata.

b) *sujeito suporte da enunciação/sujeito colocado em cena pela enunciação*: É assim que Ducrot distingue as “personagens enunciativas” (o “locutor”: aquele a quem a palavra é “atribuída”, o autor do enunciado; e o “alocutário”: aquele a quem a palavra é destinada), que fazem aparecer por exemplo uma fórmula como *Eu te digo...*, e as “personagens ilocutórias” (o “enunciador” e o “destinatário”, origem responsável do ato ilocutório, e objeto desse ato), que fazem aparecer uma fórmula como *Eu te prometo...* (62).

No âmago dessas tentativas de tipologias dos diferentes sujeitos lingüísticos temos o problema incontornável de saber que estatuto teórico atribuir a esses sujeitos: em particular que tipo de hipótese é feita sobre a conexão entre as operações lingüísticas em jogo e aquilo que poderia ser a atividade mental concreta dos sujeitos falantes. Sobre esse ponto constata-se muitas hesitações e flutuações, até mesmo contradições: desconfiança quanto às operações mentais às quais não se tem acesso, tentativa para lançar pontes (prudentes) entre a lingüística e a psicolingüística (Culioli), ou ao contrário, rejeição radical de qualquer conexão entre operações lingüísticas e operações da linguagem (Ducrot): mas então, qual é o interesse em querer integrar o parâmetro “sujeito” na análise, se não se procura “esclarecer os enunciados reconstituindo a sua gênese, explicitando as intenções de onde eles provêm ou os mecanismos cognitivos que os tornaram possíveis”, ou ainda se o “conceito de enunciação não tem nada de psicológico e não implica nem mesmo a hipótese de que o enunciado seja produzido por um sujeito falante” (Ducrot (63))?

A questão é certamente espinhosa, mas não nos parece que tenha recebido resposta satisfatória até o momento.

3.3.2. *Sujeito lingüístico e Sujeito extra-lingüístico*. Se os autores, por um lado, tomam cuidado em precisar que os diferentes sujeitos lingüísticos com os quais operam não devem ser confundidos com os sujeitos em carne e osso da realidade empírica extra-lingüística (Ducrot designa estes últimos pelos termos de “emissor” e “receptor”), por outro lado, eles não dizem nada sobre os tipos de conexões que seria eventualmente possível estabelecer entre sujeito lingüístico e sujeito extra-lingüístico (quer dizer, definitivamente entre as teorias lingüísticas da enunciação e as teorias não-lingüísticas da linguagem, por exemplo, teorias do discurso, ideologias, psicolingüística, sócio-lingüística, psicanálise etc.). A questão é, entretanto, importante, pois seria paradoxal abrir a lingüística para a enunciação, para fechá-la, em seguida, sobre si própria!

Apesar da ausência da reflexão explícita em relação ao assunto, parece, entretanto, que se depreendem certas afinidades teórico-ideológicas (por assim dizer, delas mesmas): pensamos, particularmente, no fato de que o sujeito de certas lingüísticas da enunciação parece poder articular-se com o sujeito coletivo (sociológico ou político ou ideológico) das teorias do discurso, enquanto o sujeito de certas outras lingüísticas da enunciação (pensamos em particular na corrente pragmática) articular-se-ia mais facilmente com o sujeito individual da psicologia e da psicologia social. Mas isto são apenas notações alusivas: a reflexão teórica e crítica sobre os fundamentos epistemológicos das correntes enunciativas está ainda nos seus primeiros balbucios.

Esperamos somente ter podido contribuir com este artigo para esclarecer as condições de uma tal reflexão, e para abrir o debate nesse domínio.

FUCHS, C. — Les problématiques énonciatives: esquisse d'une présentation historique et critique. Trad. de Leticia M. Rezende. *Alfa*, São Paulo, 29:111-120, 1985.

RESUMÉ: Cet article donne une clarification du terme "énonciation", tant historique, que théorique et critique. Pour élaborer cette clarification l'auteur esquisse un panorama, un "tour de la question" (très succinct) où sont considérés successivement les ancêtres de l'énonciation, les théories contemporaines énonciatives et pragmatiques et enfin les grandes questions théoriques soulevées par la problématique énonciative.

UNITERMES: Énonciation; pragmatique; discours; rhétorique; sémantique.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Sobre a retórica e sua história, ver *Communications* n.º 16 (1970), e sobre a retórica como origem da enunciação, ver Fuchs (1981) § 1.
2. cf. Barthes (1970), pp. 178-179.
3. cf. Barthes (1970), pp. 178-183 e Fuchs (1980a), pp. 23-31.
4. Exemplos tirados da *Rhetorique* de Aristóteles, cap. III 2, 1405a — 1405b.
5. Citação extraída da *Rhetorique* de Aristóteles, cap. I 3, 1358 b. Sobre os parâmetros enunciativos na retórica aristotélica, cf. Fuchs (1980a), pp. 37-43.
6. Le Guern (1978), p. 281.
7. Compagnon (1979) p. 96.
8. cf. Barthes (1970), pp. 178-179.
9. Compagnon (1979), p. 144.
10. cf. Barthes (1970), pp. 186-187 e 192-195.
11. cf. os trabalhos de Barthes, Genette, Todorov, Jakobson etc. Para uma apresentação geral, ver *Langages* n.º 31, (1973) e em particular o artigo introdutório de Coquet (pp. 3-12); ver também Maingueneau (1976) pp. 171-177 e a sua bibliografia p.190.
12. cf. os trabalhos de Marcellesi, Gardin (cf. sua obra de 1974), de Pêcheux (obra de 1969). Para uma apresentação geral, ver Maingueneau (1976), pp. 65-98 e sua bibliografia pp. 187-188 e 190; ver também *Languages* n.ºs 13, 23, 37, 41, 52, 53 e 62. *Langue Française* n.ºs 9, 15, 28 e o artigo de Dubois (1969). Notar-se-á em *Langages* n.º 62 (1981) as precauções dos defensores da "AAD" no que diz respeito à herança jurídico-retórica em análise do discurso.
13. cf. o título do tratado sobre argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958): *La Nouvelle Rhétorique*.
14. cf. os trabalhos de Grize (ver por exemplo Grize (1978), e a revista que publica o centro que é dirigido por ele: *Cahiers du Centre de Semiotique de l'Université de Neuchatel*.
15. Ver os trabalhos de Ducrot sobre mais, por exemplo Ducrot (1980a) pp. 11-29 e sobre as "échelles argumentatives". Para uma apresentação geral, ver Maingueneau (1976) pp. 163-171 e a bibliografia p.190.
16. cf. Fuchs (1981) § 3.
17. cf. os "particuliers égocentriques" de Russell (ver Russell 1940) cap. 7 e os "symboles index" de Peirce.
18. cf. Jakobson (1957).
19. Benveniste (1970), retomado em (1974) p. 84.
20. Para uma apresentação geral, ver Maingueneau (1976) pp. 102-104 e Lyons (1977) vol. 2 cap. 15.
21. Ver por exemplo Fillmore (1971).
22. Segundo Nuchelmans (1973), pp. 97 e seguintes.
23. Segundo Nuchelmans (1973), pp. 128 e seguintes.
24. cf. a conferência de Desbordes na Segunda Conferência Internacional de História das Ciências da Linguagem (Lille, Setembro de 1981), intitulada: "Actes de langage chez Varron".
25. cf. Aristóteles *De L'Interpretation* cf. 12 e 13.
26. Citemos entre outros: Bally (1932), que retoma a distinção *modus/dictum*, Halliday (1967-68), que distingue modalidades da enunciação (relações interpessoais e atos de fala) e modalidades do enunciado (atitudes do sujeito em relação ao seu enunciado), Culioli (1968 pp. 112) que distingue quatro tipos de modalidades, Pottier (1976) e (1980). Para uma apresentação geral, ver Maingueneau (1976) pp. 110 e seguintes, Lyons (1977) vol. 2, cap. 16 e 17, *Languages* n.º 43 (e sua bibliografia).
27. Arnaut et Nicole Logique, reed. 1965 p. 129. Cf. a análise feita por Le Goffic (1978).
28. Cf. Saussure (1916). Para uma representação da oposição língua/fala, ver Ducrot — Todorov (1972) pp. 155-161, Dubois et alii (1973) pp. 277-281, e Fuchs - Le Goffic (1975) pp. 11-12. Para uma crítica desta oposição, ver Pêcheux

- (1969) cap. I e Haroche- Henry-Pêcheux (1971).
29. Cf. Bally (1932), Damourette-Pichon (1911-1934) e sua noção de “ny-negocentrisme du langage” (analisado, quanto ao tratamento dos auxiliares, por Fuchs (1976) e Guillaume (1964). Para uma apresentação de Guillaume, ver Fuchs — Le Goffic (1975) pp. 53-57 e para uma apresentação das relações entre Guillaume e a enunciação, ver Joly (org.) (1980).
30. Cf. Fuchs (1981) § 2.
31. Frege (1982).
32. A terminologia relativa a esse assunto é bastante hesitante. Frege fala de “Sinn”/“Bedeutung”; em ingl. “sense” / “denotation”; em fr. “sens”/“dénotation” ou “référence”; em port. “sentido”/“referência”; Carnap fala de “intensão”/“extensão”; Quine de “meaning”/“reference” (fr. “Sens”/“désignation”); já Lewis opera uma quadripartição em: “extensão” (ou “denotação”) / “compreensão”/“significação”/“intensão” (ou “conotação”).
33. Quine (1943), p. 119.
34. Exemplo: apesar de Scott = o autor de *Waverley*, o fato de mudar o autor de *Waverley* para Scott pode levar à modificação do valor de verdade da proposição como um todo; deste modo, *João não sabe que o autor de Waverley é Scott* pode ser uma asserção verdadeira, enquanto que *João não sabe que Scott é Scott* tem todas as chances de ser falsa! Contextos como *saber que...* são chamados “opacos” no sentido de que eles não permitem a substituição de expressões equivalentes do ponto de vista extensional: eles exigem que seja levado em consideração o sentido dessas expressões. Para uma análise desta problemática a respeito de sinonímia e paráfrase, cf. Fuchs (1980a) pp. 87 — 103.
35. Citemos Bally, Benveniste, Guillaume, Culioli.
36. Citemos a equipe de Ducrot e a revista *Semantikos*.
37. cf. Fuchs (1981) § 3.
38. Benveniste (1959), retomado em (1966) pp. 237-250.
39. cf. *DRLAV* n.º 17, Ducrot-Todorov (1972) pp. 408-410; Hirsh (1980), Ducrot (1980 a) pp. 59-60 e Cerquiglioni (1979 no prelo).
40. Benveniste (1970) retomado em (1974), p. 81. Posição que parece contraditória com a exposta em Benveniste (1967) cf. *infra* / 3.1.2 e nota (57).
41. Benveniste (1970) retomado em (1974) p. 81. Cf. também a posição de Culioli para quem as operações de “enunciação”, estritamente falando são indissociáveis das operações de “predicação”.
42. Para uma apresentação geral do modelo de Culioli, ver Fuchs-Le Goffic (1975) cap. 13 e Fuchs (1980 a) pp. 273-291.
43. Cf. a extensão operada por Fillmore (1971): de “person-place-time-deixis” a “discourse and social deixis”. Cf. também Maingueneau (1976) pp. 118-121.
44. Cf. Fuchs (1980 b) pp. 146-147.
45. Cf. Austin, Searle, Strawson; alguns trabalhos de semântica gerativa; os da equipe de Ducrot (Anscombre...). Ver *Communications* n.º 30 e 32, *Critique* n.º 399-40, *Langue Française* n.º 42, *Linguistique et Sémiologie* n.º 2 e 4. Para uma apresentação crítica, ver Gruning (1979).
46. Cf. Grice (1975), Gordon-Lakoff (1973), Anscombre (1980).
47. Cf. Verschueren (1980).
48. Todorov (1970) p. 5.
49. Cf. o título da obra de Récanati (1979): *La transparence et l'énonciation: pour introduire à la pragmatique*; na contra-capá desse livro, pode-se ler que se trata de uma “introdução à filosofia da linguagem e à linguística da enunciação — ao que se chama daí em diante “pragmática”. Ainda na sua apresentação do n.º 32 de *Communications*, Récanati escreve que se trata de um “número consagrado às pesquisas que têm por objeto a enunciação linguística. Esses trabalhos conheceram uma repercussão particularmente impressionante depois dos trabalhos do filósofo inglês Austin sobre os atos de fala”
50. Desse modo em Grice (1968) e (1969), temos uma série de telas sem fim, que remetem à imagem da imagem da imagem... Do mesmo modo em Ducrot, o sentido do enunciado acaba por ser caracterizado como “a imagem da enunciação”. Daí a tentativa de Récanati (1980 b) para determinar a noção de “locutório”
51. Ducrot — Todorov (1972) p. 407
52. Verschueren (1980), p. 283
53. Cf. o artigo crítico de Grunig (1979).
54. Para uma definição do termo “enunciação”, ver por exemplo Ducrot-Todorov (1972), pp. 405-411, Dubois *et alii* (1973) pp. 192-193 e também o artigo “enunciação” do *Supplément de l'Encyclopédia Universalis* escrito por Ducrot. Para uma apresentação geral da enunciação, ver Todorov, (1970), Fuchs-Le Goffic (1975) cap. 12 e Fuchs (1980 b).
55. Cf. Fuchs (1980 b) pp. 147-149.
56. Ver Benveniste (1964) (1967) (1969) e (1970); para uma crítica: Fiala-Hirsbrunner (1972), Guillaume - apresentação em Fuchs-Le Goffic (1975) pp. 53-56 e em Joly (org. 1980).
57. Benveniste (1967).
58. Ducrot fala da “significação” do “enunciado-type” (ou “frase”), e do “sentido” do “enunciado-token”; a primeira compreenderia a enunciação, o segundo algumas séries de

FUCHS, C. — As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. Trad. de Leticia M. Rezende. *Alfa*, São Paulo, 29:111-129, 1985.

- “instruções” de decodificação (cf. conferir suas análises sobre *même* ou *mais*). Ver Récanati (1979) pp. 70 e seguintes.
59. Cf. Fuchs (1980) pp. 320-339 e (1980) pp. 151 *sg.*
60. Notar-se-á que a pragmática tem tendência a privilegiar o locutor em detrimento do ouvinte, e a produção em detrimento do reconhecimento (no entanto Ducrot lança as bases para uma teoria da leitura). A idéia de que a enunciação recobre ao mesmo tempo produção e reconhecimento é contestada por certos autores: Cf. Dubois (1969).
61. Cf. Dubois (1969) que opõe o estruturalismo (que trabalha com o discreto) e a enunciação (que opera sobre o contínuo).
62. Assim em: *A ordem será mantida custe o que custar*, Ducrot coloca que há *um* alocutário, mas *dois* destinatários, na medida em que se tem um caso com um duplo ato de linguagem: promessa dirigida aos “bons” e ameaça dirigida aos “maus”.
63. Ducrot *et alii* (1980) pp. 33-34.

BIBLIOGRAFIA PERIÓDICOS

- Cahiers du Centre de Recherches Sémiologiques* da Universidade de Neuchâtel (sobre a argumentação)
- Communications*, Paris, Seuil:
n.º 16, 1970 (sobre a retórica)
n.º 30, (sobre a conversação: Grice, etc.)
n.º 32, 1980 (sobre os atos de discurso)
- Critique*, Paris, Minuit
n.º 339-400, 1980 (sobre os filósofos anglo-saxônicos)
- DRLAV*, Universidade de Paris VIII:
n.º 4, 1973 (sobre as pressuposições)
n.º 7, 1973 (sobre a pragmática de “wieso”)
n.º 16, 1978 (sobre o aspecto)
n.º 17, 1978 (sobre o discurso indireto)
- Langages*, Paris, Didier-Larousse:
n.º 13, 1969 (sobre a análise do discurso)
n.º 17, 1970 (sobre a enunciação)
n.º 23, 1971 (sobre o discurso político)
n.º 31, 1973 (sobre as semióticas textuais)
n.º 37, 1975 (sobre a análise do discurso, língua e ideologias)
n.º 41, 1976 (sobre a tipologia do discurso político)
n.º 45, 1977 (sobre a formação dos discursos pedagógicos)
n.º 46, 1977 (sobre o marxismo: linguagem e classes sociais)
n.º 52, 1979 (sobre a análise do discurso de Jaurès)
- n.º 53, 1979 (sobre o discurso jurídico)
n.º 62, 1981 (sobre o discurso político)
e também:
n.º 21, 1971 (sobre a filosofia da linguagem)
n.º 22, 1971 (sobre a semiótica narrativa e narrações bíblicas)
n.º 42, 1976 (sobre a argumentação e discurso científico)
n.º 43, 1976 (sobre as modalidades)
- Langue Française*, Paris, Larousse
n.º 9, 1971 (sobre linguagem e sociedade)
n.º 15, 1972 (sobre linguagem e história)
n.º 21, 1974 (sobre a comunicação e análise sintática)
n.º 26, 1975 (sobre as técnicas de expressão)
n.º 28, 1975 (sobre textos e discursos não-literários)
n.º 42, 1979 (sobre a pragmática)
- Linguistique et Sémiologie*, Presses Universitaires de Lyon:
n.º 2, 1976 (sobre a ironia)
n.º 4, 1977 (sobre o ilocutório)
n.º especial consagrado às atas do colóquio sobre *estratégias discursivas*, 1978
- Poétique*:
n.º 4, 1970 (sobre enunciador, narrador, narratário...)
n.º 33, 1978
- Semantikos*, Paris

TRABALHOS

- ASCOBRE J.C. (1980): “Voulez vous dériver avec moi?”, *Communications*, 30 Paris, Seuil, pp. 61-124
- ARISTOTE: *Rhétorique*, trad. francesa, Paris, Belles Lettres, livros I e II, reedição 1967; livro III reedição 1973.
- ARISTOTE: *De l'Interprétation* (com o tratado das *catégories*), trad. francesa, Paris, Vrin, reedição de 1969.
- ARNAUD A. e NICOLE P. (1962): *La logique ou l'Art de Penser*, reedição crítica, Paris, P.U.F., 1965.
- AUSTIN, J.L. (1962): *How to do things with words*, Oxford University Press, tradução francesa, 1970 *Quand dire, c'est faire*, Paris, Seuil.
- BALLY C. (1932): *Linguistique générale et linguistique française*, 4.ª edição 1965, Berne, Francke.
- BARTHES R. (1970): “L'ancienne rhétorique; aide-mémoire”, *Communications* 16 pp. 172-229.

- BENVENISTE E. (1966 e 1974): *Problèmes de linguistique générale*, 2 vols., Paris, Gallimard ver: no 1.º vol.: cap. 10 ("les niveaux de l'analyse linguistique", 1964), cap. 18 ("structure des relations de personne dans le verbe", 1946), cap. 19 ("les relations de temps dans le verbe français", 1959), cap. 20 ("la nature des pronoms", 1956), cap. 21 ("de la subjectivité dans le langage", 1958), cap. 22 ("la philosophie analytique et le langage", 1963) e cap. 23 ("les verbes délocutifs", 1958).
no 2.º vol.: cap. 14 ("l'anatonyme et le pronom en français moderne", 1965), cap. 15 ("la forme et le sens dans le langage", 1967), cap. 5 ("l'appareil formel de l'énonciation", 1970), cap. 3 ("sémiologie de la langue", 1969) e cap. 4 ("le langage et l'expérience humaine", 1965).
- CERQUIGLINI B. (1979): *La représentation du discours dans les textes narratifs du Moyen-Age français*, tese de "Doctorat d'Etat", Universidade de Provence.
- CERQUIGLINI B. (no prelo): *De l'énonciation médiévale; parole, syntaxe, texte*, Paris, Minuit (versão resumida da tese).
- COMPAGNON A. (1979): *La seconde main; ou le travail de la citation*, Paris, Seuil.
- CULIOLI A. (1965): "La communication verbale", *Encyclopédie des sciences de l'homme*, tomo 4, Paris, Grande Batelière.
- CULIOLI A. (1968): "Sciences du langage et sciences humaines", *Raison Présente*, 7, Paris, Editions rationalistes.
- CULIOLI A. (1968): "A propos du genre en anglais contemporain", *Les Langues Modernes*, 3, Paris, APLV.
- CULIOLI A. (1968): "La formalisation en linguistique", *Cahiers pour l'Analyse*, 9, Paris, pp. 106-117, retomado em CULIOLI A., FUCHS C., PÊCHEUX M. (1970): Considerações teóricas à propos du traitement formel du langage, *Documents de Linguistique quantitative* 7.
- CULIOLI A. (1971): "A propos d'opérations intervenant dans le traitement formel des langues naturelles", *Mathématiques et sciences humaines*, 34, Paris, Gautier-Villars, pp. 7-15.
- CULIOLI A. (1971): "Un linguistique devant la critique littéraire", *Actes du colloque de la Société des Anglicistes*, Clermont-Ferrand, pp. 61-79.
- CULIOLI A. (1973): "Sur quelques contradictions en linguistique", *Communications*, 20, Paris, Seuil, pp. 83-91.
- CULIOLI A. (1974): "A propos des énoncés exclamatifs", *Langue Française*, 22, Paris, Larousse, pp. 6-15.
- CULIOLI A. (1975): "Notes sur 'Détermination' et 'quantification'", cf. des opérations d'extraction et de fléchage", *PITFALL*, DRL, Paris VII.
- CULIOLI A. (1975): "Comment tenter de construire un modèle logique adéquat à la description des langues naturelles", in David e Martin (org.): *Modèles logiques et niveaux d'analyse linguistique*. Paris, Klincksiek pp. 35-47.
- CULIOLI A. (1978): "Linguistique du discours et discours sur la linguistique", *Revue Philosophique*, 4, PUF, Paris, pp. 481-488.
- CULIOLI A. (1978): "Valeur modales et opérations énonciatives", *Le Français Moderne*, 46-4, Paris; retomado em: *Modèles Linguistiques*, 1-2, 1979, Lille Presses Universitaires, pp. 39-59.
- CULIOLI A. (1979): "Conditions d'utilisation des données issues de plusieurs langues naturelles", *Modèles Linguistiques*, 1-1, pp. 89-103.
- CULIOLI A. (1980): "Quelques considérations sur la formalisation de la notion d'aspect", *L'enseignement du russe*, 27, pp. 65-75.
- CULIOLI A. (1980): "Valeurs aspectuelles et opérations énonciatives: l'aoristique", in David e Martin (org.) *La notion d'aspect*. Paris, Klincksiek.
- CULIOLI A. (1980): "Rapport sur un rapport", in Joly (org.) *La psycho-mécanique et les théories de l'énonciation*. Lille, Presses Universitaires, pp. 37-47.
- DAMOURETTE E PICHON (1911-1934): *Des mots à la pensée: essai de grammaire de la langue française*, reedição de 1969, Paris, de Arthey, vol. 8
- DUBOIS J. (1969): "Énoncé et énonciation", *Langages*, 13, pp. 100-110.
- DUBOIS, J. et alii (1973): verbete "énonciation", *Dictionnaire de Linguistique*, Paris, Larousse, pp. 192-193
- DUCROT O. (1972): *Dire et ne pas dire: principes de sémantique linguistique*, Paris, Hermann
- DUCROT O. (1973): *La preuve et le dire*, Paris, Mame.
- DUCROT O. (1976): "L'argumentation dans la langue", *Langages*, 42, pp. 5-27.
- DUCROT O. (1978): "Presupposés et sous-entendus: un réexamen", *Stratégies discursives*, Lyon, Presses Universitaires, pp. 33-43.
- DUCROT O. (1978): "Structuralisme, énonciation et sémantique", *Poétique* 33, pp. 107-128.
- DUCROT O. (1979): "Les lois du discours", *Langue Française*, 42, pp. 21-33
- DUCROT O. (1980 a): "Analyses pragmatiques", *Communications* 32, pp. 11-60.
- DUCROT O. (1980b): *Les échelles argumentatives*, Paris, Minuit.
- DUCROT O. (1980 c): verbete "énonciation" Supplément à L'Encyclopaedia Universalis.
- DUCROT O. e TODOROV T. (1972): verbete "énonciation", *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, Paris, Seuil, pp. 405-411.
- DUCROT O. et alii (1980): *Les mots du discours*, Paris, Minuit.

- FIALA P. e HIRSBRUNNER M. (1972): Les limites d'une théorie saussurienne du discours et leurs effets dans la recherche sur l'argumentation, *Cahiers Centre Recherches Sémiologiques Neuchâtel*, 13
- FILLMORE C. (1971): *Santa Cruz lectures and deixis*, Indiana University Linguistics Club, mimeo. 1975.
- FREGE G.: tradução francesa (1971): *Ecrits logiques et philosophiques*, Paris, Seuil, (ver em particular "Sens et dénotation" (1982) pp. 102-126).
- FUCHS C. (1976): "De quelques catégories énonciatives élémentaires; arguments linguistiques", *Actes du Colloque S.L.I.*, Bulzoni
- FUCHS C. (1980 a): *Paraphrase et théories du langage: contribution à une histoire des linguistiques contemporaines et à la construction d'une théorie énonciative de la paraphrase*, tese de "Doctorat d'Etat" Université de Paris, VII. resumos em:
- "Quelques réflexions sur la paraphrase dans les théories du langage". *L'information grammaticale*, 6, 1980, Paris, Heck, pp. 37-44.
 - rubrica "résumés de thèse", *Linguisticae Investigationes*, IV-2, 1980, Amsterdam, Bejamins, pp. 445-449.
- FUCHS C. (1980 b): "Quelques réflexions sur le statut linguistique des sujets énonciateurs et de l'énonciation. In Joly (org.): *La psychomécanique et les théories de l'énonciation*. Lille, Presses Universitaires, pp. 143-152.
- FUCHS C. (1981): "Les problématiques des théories de l'énonciation: présentation". *Bulletin de la Société de Stylistique Anglaise*
- FUCHS C. e LE GOFFIC P. (1975): *Initiation aux problèmes des linguistiques contemporaines*, Paris, Hachette, ver em particular cap. 1 (Saussure), cap. 6 (Guillaume, Pottier), cap. 12 (l'énonciation) e cap. 13 (Culioli).
- GARDIN J. C. (1974): *Les analyses de discours*, De-lauchaux e Niestlé.
- GORDON D. e LAKOFF G. (1971): "Conversational postulates", C.L.S. 7, tradução francesa 1973; "Postulats de conversation", *Langages* 30 pp. 32-56.
- GRICE H. P. (1968): "Utterer's meaning, sentence-meaning and word meaning" — *Foundations of language* 4, pp. 225, 242
- GRICE H. P. (1969): "Utterer's meaning and intentions". *The philosophical review*, 78, pp. 147-177.
- GRICE H. P. (1975): "Logic and conversation", in Cole e Morgan (org.): *Syntax and semantics 3: speech acts*, New York, Academic Press pp. 41-58, tradução francesa in *Communications* 30 pp. 57-72.
- GRIZE J. B. (1978): "Shématisation, représentations et images", *Stratégies discursives*, Lyon, Presses Universitaires, pp. 45-52.
- GRUNIG B. N. (1979): "Pièges et illusions de la pragmatique linguistique", *Modèles linguistiques*, 1-2, Lille, Presses Universitaires, pp. 7-38.
- GUILLAUME G. (1974): *Langage et Science du Langage*, Paris, Nizet, reedição de 1969.
- HALLIDAY M. A. K. (1967-68): "Notes on transitivity and theme", *Journal of Linguistics*.
- HAROCHE C., HENRY P. e PECHEUX M. (1971): La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage et discours", *Langages* 24 pp. 93-106.
- HIRSCH M. (1980): "Le style indirect libre: linguistique ou histoire littéraire?" e "La question du style indirect libre", in Joly (org.) *La psychomécanique...* pp. 79-103.
- JAKOBSON R.: tradução francesa de 1963 *Essais de linguistique générale*, Paris, Minuit (ver pp. 176-196: "Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe" (1957) e pp. 210-248: "linguistique et poétique" (1960)).
- JOLY A. (org.) (1980): *La psychomécanique et les théories de l'énonciation*. Lille, Presses Universitaires.
- LE GOFFIC P. (1978): "L'assertion dans la Grammaire et la Logique de Port-Royal", *Stratégies discursives*, Lyon, Presses Universitaires, pp. 235-244.
- LE GUERN M. (1978): "Léthos dans la rhétorique française de l'âge classique", *Stratégies discursives*, pp. 281-287.
- HARRIS Z. S. (1952): "Discourse analysis", *Language*, 28, pp. 1-30, tradução francesa 1969 "Analyse du discours", *Langages*, 13, pp. 8-45.
- LYONS, J. (1977): *Semantics*, Cambridge University Press, 2 vols. (Ver no vol. 2, cap. 15 ("deixis, space and time"), cap. 16 ("mood and illocutionary force") e cap. 17 ("modality")).
- MAINGUENEAU D. (1975): *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*, Paris, Hachette.
- MEUNIER A. (1974): "Modalités et communication", *Langue Française*, 21, pp. 8-25.
- NUCHELMANS G. (1973): *Theories of the proposition; ancient and medieval conceptions of the beares of truth and falsity*, Amsterdam, North Holland Publishing Company.
- PECHEUX M. (1969): *Analyse automatique du discours*. Paris, Dunod.
- PEIRCE C. S.: Tradução francesa de 1978: *Ecrits sur le signe*, Paris, Seuil.
- PERELMAN C. e OLBRECHTS-TYTECA (1958): *La nouvelle rhétorique*, Paris, PUF
- POTTIER B. (1974): *Linguistique générale; théorie et description*, Paris, Klincksieck (ver pp. 157-222: "les formulations").
- POTTIER B. (1976): "Sur la formulation des modalités en linguistique", *Langages*, 43, Paris, Didier-Larousse, pp. 39-46.

- POTTIER B. (1980): "Sur les modalités", in Joly (org.): *La psycho-mécanique...*
- QUINE W. V. (1943): "Notes on existence and necessity", *The Journal of Philosophy*, 40, New-York, pp. 114-127.
- RECANATI F. (1979): *La transparence et l'énonciation; pour introduire à la pragmatique*, Paris, Seuil.
- RECANATI F. (1980 a): "Présentation", *Communications* 32, pp. 7-10.
- RECANATI F. (1980 b): "Qu'est-ce qu'un acte locutionnaire?" *Communications* 32, pp. 190-239.
- RUSSELL B. (1940): *An inquiry into meaning and truth*. Londres, Allen e Unwin; tradução francesa, 1969: *Signification et vérité*, Paris, Flammarion (ver cap. 7: "Circonstanciels égocentriques").
- de SAUSSURE F. (1916): *Cours de linguistique générale*, Lausanne, Payot.
- SEARLE J. F. (1969): *Speech acts; and essay in the philosophy of language*. Cambridge University Press; tradução francesa de 1972 *Les actes de langage*, Paris, Hermann.
- STRAWSON P. F. (1964): "Intention and convention in speech acts", *The philosophical review*, LXXIII; retomado no cap. VIII da tradução francesa de:
- STRAWSON P. F. (1971): *Logic-linguistic papers*, Londres, Methuen; tradução francesa de 1977: *Etudes de logiques et de linguistique*, Paris, Seuil.
- TODOROV T. (1970): "Problèmes de l'énonciation", *Langages* 17, pp. 3-11.
- VERSCHUEREN J. (1980): "A la recherche d'une pragmatique unifiée", *Communications*, 32, pp. 274-284.
- WUNDERLICH D. (1975): "Towards an integrated theory of gramatical and pragmatical meaning", *Language in focus: foundations, methods and systems*, Dordrecht.